

REDES, RIOS E A CESTA BÁSICA REGIONALIZADA NO AMAZONAS, BRASIL

Nets, rivers and regionalized food staples in Amazonas, Brazil

André de Oliveira Moraesⁱ
Tatiana Schorⁱⁱ

Universidade Federal do Amazonas

Resumo

A discussão do custo de vida nas cidades amazônicas é insipiente e, considerando sua importância no âmbito das políticas públicas, necessária. O presente artigo trata da temática da cesta básica, um dos indicadores do custo de vida, em sua versão regionalizada e seus desdobramentos considerando os fluxos dos produtos e custo final da cesta nas cidades localizadas ao longo das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Os fluxos advindos da circulação dos itens da cesta básica regionalizada entre Manaus e as demais cidades demonstram uma articulação entre estas e o custo revela a sazonalidade na qual está submetido o custo de vida.

Palavras-chave: cesta básica; rede urbana; Cidade na Amazônia; rio Solimões.

Abstract

Discussion around the cost of living in Amazonian urban centers is in its infancy, and considering the importance of this issue in the sphere of public policy, it is a very necessary one. This article deals with the issue of food staples, one of the indicators of the cost of living, in their regionalized version, and their development, considering the flows of products and the final cost of the staples in urban centers located along the banks of the Amazon River. The flows originating from the circulation of regionalized food staples between Manaus and the other urban centers in the region demonstrate an articulation between these centers and their cost reveals the seasonality to which the cost of living in the region is inextricably linked.

Keywords: food staples; urban network; urban centers in the Amazon region; Amazon River.

DA GEOGRAFIA DA FOME À GEOGRAFIA DO ABASTECIMENTO

A discussão acerca da questão alimentar apresenta uma abordagem transversal no âmbito do interesse social e das ciências por se tratar de um problema cujas consequências são muito evidentes. O pioneiro na discussão do tema no Brasil, sem dúvidas foi Josué de Castro (1980) com sua obra *Geografia da Fome* (BATISTA FILHO et al., 2003), onde este, em tom de denúncia aborda a questão da fome no Brasil. O estudo de Josué de Castro, realizado no final da década de 40, sendo sua primeira publicação em 1946, além de atual foi reflexo e fez eco nas políticas referentes à segurança alimentar na época.

No Brasil, a idéia do que viria a ser chamado de cesta básica é proveniente da década de 1930. Josué de Castro classificou essa década como o “início de uma nova era”,

pois foi nesse período que se iniciaram importantes pesquisas para conhecer e melhorar as condições econômicas e alimentares da população (DI TARANTO, 1993).

Nesse contexto, dentre os decretos de Vargas, está o 399 de 30 de abril de 1938. Esse decreto prevê sobre o salário mínimo e estabelece que este deva contemplar as necessidades mínimas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Como matéria importante desse Decreto, apresenta-se uma lista de alimentos com suas respectivas quantidades mensais, que são base para a composição da Ração Essencial Mínima (cesta básica), que “seria suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo” (DIEESE, 1993, p. 1).

Nesse Decreto-Lei consta uma divisão do país em três regiões¹ onde as diferenciações encontradas entre elas se resumem nas quantidades de cada item e na subtração de batata para a região dois (onde está inserida o Amazonas), o que acaba assumindo um papel eufêmico na regionalização da cesta básica sendo que, os itens permanecem os mesmos. Os critérios utilizados para essa divisão não apresentam clareza, por isso, não podem ser tidos como fatores de regionalização.

Embora definida em Decreto, alguns autores tecem considerações sobre o tema trabalhando com a “noção” ou “ideia” de cesta básica. Considerando seus elementos compositores, Escoda (2001, p. 1), aponta que “a noção de cesta básica [...] trata-se de um elenco de alimentos per capita/dia necessários para a alimentação do trabalhador e de uma família média brasileira”, apontando o destaque aos alimentos em sua função de nutrir e sustentar. Maluf (1999) chama a atenção para a utilização indiscriminada do termo sem critérios claros, o que representa um fator que contribui na dificuldade para a definição. O autor considera o impacto das propagandas sobre alguns produtos; a questão nutricional dos alimentos que são presentes na alimentação dos diferentes grupos sociais, visto que os produtos são incluídos na cesta básica, principalmente, por ser acessível aos diferentes grupos; e a confusão que pode haver entre menor elaboração e essencialidade dos itens, como aspectos a se observar para uma conceituação da cesta básica para o período atual. Quanto o segundo aspecto apontado por Maluf (1999), é válido o alerta de Abramovay (1991) quanto às discussões sobre alimentação, principalmente quando associadas à fome, que se concentram muito no valor nutricional,

deixando de lado a questão das calorias.

A cesta básica não só organiza o pensamento sobre os hábitos alimentares, mas também sobre o custo de vida nas cidades, sendo esta a unidade básica que compõe o salário mínimo. As primeiras pesquisas de levantamento de preço da cesta básica se iniciaram em janeiro de 1959, com o cálculo do índice de custo de vida - ICV através do valor da cesta básica (constante no Decreto-Lei) para São Paulo realizado pelo Diretório Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (DIEESE, 1993). Com a distribuição de escritórios da instituição pelo Brasil a pesquisa foi implantada em 16 regiões metropolitanas, sendo que o norte do país tem dados coletados apenas em Belém (DIEESE, 1993). Tal condição reflete os limites de aplicabilidade das análises a partir desses dados, pois a área estabelecida para a extrapolação dos dados diz respeito a uma abstração acerca de um espaço supostamente homogêneo. Isso não se aplica principalmente no que diz respeito à região norte, inserida no contexto amazônico cuja biodiversidade reflete diretamente na questão alimentar.

Como forma de regionalizar a proposta de cesta básica nacional, a extinta Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODEAMA, com base na segunda pesquisa de orçamento familiar, entre fevereiro de 1984 e janeiro de 1985, propôs uma cesta básica para o estado do Amazonas composta por 18 produtos considerando a questão sócio-econômica da população (SILVA, 2000). A diferença entre a cesta básica do Decreto-lei que é adotada pelo DIEESE e a da CODEAMA é visível, atingindo, principalmente, a mudança e acréscimo nos componentes e as unidades de medida fracionadas.

Nesse sentido, a construção de uma cesta básica que abarque a diversidade do Estado do Amazonas é contemplada pela iniciativa da CODEAMA, entretanto, a proposta desse trabalho é discutir as implicações nas relações geográficas que a cesta básica pode causar no lócus de sua aplicação: a cidade, mais especificamente o espaço urbano. Isso é possível, pois a produção, circulação e comercialização dos itens da cesta básica configuram uma rede urbana a partir da divisão territorial do trabalho expressa nessas etapas da produção.

Esse trabalho terá como base os dados de custo da cesta básica regionalizada proposta em 11 cidades da calha do rio Solimões (Tonantins, Jutai, Fonte Boa, Uarini, Alvarães, Tefé, Coari, Codajás, Anori, Anamá e Manacapuru) que foram visitadas nos meses de outubro de 2006 e março e abril de 2007, os quais correspondem aos períodos de vazante e enchente, respectivamente.

A COMPOSIÇÃO DA CESTA BÁSICA REGIONALIZADA

A cesta básica regional proposta pela CODEAMA tem o mérito de se aproximar dos hábitos alimentares da população amazônica. Vale aqui discorrer sobre as principais diferenças entre a cesta básica nacional (Decreto-Lei) e a regional (CODEAMA), a saber, as modificações nos itens, adaptação das quantidades mensais e adoção de unidades de medida fracionadas e das regionais para o cálculo dessas quantidades. Dos doze produtos que compõem a cesta básica nacional para a região 2, dez estão presentes na cesta básica da CODEAMA com algumas modificações. O leite, que na cesta nacional aparece em forma líquida, é substituído pelo leite em pó, conforme os hábitos de consumo

dos amazonenses, tendo, por isso, sua unidade modificada de litro para quilograma. A manteiga é trocada pela margarina que constitui o consumo de alimentação em pasta no Amazonas. O legume (tomate) e a fruta (banana) são dois elementos que estão na cesta básica nacional e não foram incluídos na cesta regional, embora o consumo desses gêneros seja comprovado. Ainda foram acrescentados sal, macarrão, vinagre, coloral, pimenta do reino, ovos de galinha, frango congelado e peixe, um total de oito itens que correspondem aos hábitos alimentares regionais.

Com relação às alterações nas quantidades mensais, estas eram imprescindíveis, pois, na medida em que se acrescentam alguns produtos na cesta básica, o consumo de outros diminui. Esses itens, que constam na forma com que a CODEAMA elaborou sua proposta, são importantes, pois evidenciam a necessária regionalização da cesta básica enquanto política pública.

A cesta básica da CODEAMA foi a base para a proposta apresentada para ser utilizada neste trabalho, ou seja, adotou-se esta para fazer as análises e coletas de dados referentes ao valor da cesta básica. Entretanto, através de trabalhos de campo, detectaram-se alguns ajustes necessários para atualizá-la ou acentuar a regionalização, a qual esta já apresentava com muita pertinência, de forma a atingir o que se denominou de Cesta Básica Regionalizada. Os ajustes consistiram em acréscimo de itens, considerações sobre as unidades de medida adotadas para produtos com particularidades regionais, ou seja, seguindo quase as mesmas diretrizes da CODEAMA em relação à cesta básica nacional, podendo se caracterizar como uma atualização da proposta.

Ainda fez-se uma reflexão sobre os

hábitos de compra da população das cidades estudadas. Tais hábitos são entendidos como o comportamento da população perante o mercado no que tange ao local de compra, que pode ser diferenciado segundo o tipo de mercadoria, sendo por esse motivo, diferente de hábitos de consumo. Não se restringindo somente ao local onde se compra, tais hábitos consideraram fatores como a qualidade do alimento que influi na determinação da noção de cesta básica.

O TOMATE, A BANANA E O LIMÃO E AS RELAÇÕES “CIDADE X CAMPO”

A cesta básica regional apresentada pela CODEAMA reflete bem a realidade dos hábitos alimentares da população, entretanto, foram realizados ajustes nesta. Acrescentou-se o Tomate e a Banana que estão presentes na cesta básica nacional (Ração Essencial Mínima) e não foram incluídas na cesta proposta pela CODEAMA. Essa iniciativa deu-se justaposta à hipótese de que o hábito alimentar da população das cidades da calha do Rio Solimões é fortemente influenciado pelos produtos *in natura*. Essa influência seria resultado das relações da população com a zona rural que, por vezes, é mantida por meio de uma condição familiar (o caso de se ter parentes moradores de alguma comunidade da zona rural, que enviam algo de sua produção para os que moram na cidade). Nessa perspectiva, a partir de constatação em campo, ainda se adicionou à cesta básica o Limão. Isso se justifica pela presença do peixe na cesta básica proposta pela CODEAMA. Observado de forma empírica, é consensual entre os amazonenses, a utilização de limão que é imprescindível no preparo do peixe (limpeza, tempero e uso como condimento).

Ainda foram adotadas as quantidades de acordo com a constatação em outras propostas. As quantificações de tomate e banana foram extraídas do quadro de planejamento alimentar anual para a população brasileira, que prevê a quantidade diária de 75 gramas por pessoa, que convertida para um consumo mensal, corresponde a 2,25 quilos. Quanto ao limão, trata-se de uma proposta inédita e, como não foram encontradas fontes sobre a metodologia utilizada para se estabelecer a quantidade mensal adotada pela CODEAMA, sua quantificação foi estimada de acordo com a quantidade de peixes prevista na cesta, sendo 3 limões para cada quilo de peixe, o que totaliza em 22 limões correspondendo a uma média de 1,44 kg de limão no consumo mensal por pessoa.

Os itens adicionados na cesta básica (tomate, banana e limão) trazem consigo uma peculiaridade quanto às unidades que merecem atenção especial. Cada um destes, juntamente com o peixe (que já havia sido destacado pela CODEAMA) e a farinha de mandioca, apresentam unidades de medida próprias, considerando os hábitos de compra da população. O tomate e o limão são comercializados em quilogramas ou em sacolas, geralmente de R\$ 1,00; a banana é encontrada apenas em “palma” que representa uma porção determinada naturalmente; o peixe, além do quilograma e da cambada, possui mais variações como o “monte”; e a farinha de mandioca com o “litro” como unidade de medida regional.

É importante considerar as demais formas de se quantificar os produtos, principalmente as regionais, a fim de ressaltar as especificidades locais e facilitar a coleta de dados e posterior análise. Com isso, foi

realizada a adoção das unidades locais na coleta dos preços. Essa mudança não altera o resultado final do valor da cesta básica para a cidade, visto que a análise é feita via quantidades mensais, no entanto, pode comprometer a análise comparativa dos preços de cada item no âmbito intra-urbano e interurbano, o que é superado com a comparação realizada de preços pelas quantidades mensais padronizadas em quilograma.

TABERNAS², MERCADOS E FEIRAS: A COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS NAS CIDADES

Lefebvre (2001, p. 68) afirma que “a vida urbana compreende relações originais entre a cidade, o campo, a natureza” sendo que essas relações podem se manifestar empiricamente nas condições econômicas do cotidiano. Evidenciando os aspectos rurais presentes na vida urbana (MAIA, 2001), a Amazônia tem as feiras e mercados municipais e até mesmo os quintais das casas como reflexos do campo na cidade. Tais hábitos se configuram a partir de relações de mercado cujos principais agentes, atualmente, são tanto produtores rurais regionais que residem e trabalham no campo e comercializam sua produção na cidade, quanto intermediários, popularmente conhecidos como atravessadores ou marreteiros, que moram na cidade e revendem a produção desses produtores rurais nas cidades, por vezes, na mesma feira.

Nas cidades amazônicas, a infraestrutura de comércio apresenta uma especialização na distribuição dos produtos que são, no caso dos itens da cesta básica, as feiras, mercados municipais, mercadinhos e tabernas que representam a organização

econômica dos hábitos de compra da cesta básica na cidade. Embora se venda tomate ou banana em alguns mercadinhos, a população busca a feira como principal fornecedor desses gêneros. Semelhantemente, os mercadinhos e tabernas detêm a comercialização dos produtos industrializados e beneficiados da cesta básica embora estes estejam disponíveis também na feira. A evolução da infra-estrutura comercial da cidade reflete uma relação com a função urbana que exercem os diferentes estabelecimentos comerciais com implicações diretas na reprodução do espaço urbano no que tange à comercialização das mercadorias.

A concentração de mercadorias num só estabelecimento, por exemplo, nos hipermercados, característico do modo de vida cresce em detrimento das formas tradicionais de venda dos produtos da cesta básica, como a taberna e a feira. Em Manaus, ainda se pode verificar a presença dessas formas tradicionais de venda nos bairros, entretanto a presença dos hipermercados, que se proliferam pela cidade, tende a suprimir esses agentes tradicionais e concentrar a venda de todos os itens da cesta básica além de eletrodomésticos e eletrônicos. Isso pode ser visto nas grandes cidades onde o supermercado pode ser considerado um equipamento urbano indispensável para a reprodução do espaço.

C U S T O D A C E S T A B Á S I C A REGIONALIZADA E A REDE URBANA

A análise do valor da cesta básica regionalizada em ambos os períodos da sazonalidade sinalizou para a flutuação desse custo. A variação do valor médio da cesta básica regionalizada nas cidades estudadas se dá conforme a sazonalidade tal qual apresenta o gráfico 1, onde se pode observar que o custo

da cesta é maior na enchente. Um dos motivos que explica essa diferenciação de custo nas cidades é a produção rural. Considerando as cidades estudadas, os produtos *in natura* são responsáveis, em média, por 94% da variação de preço da cesta básica regionalizada com a sazonalidade.

No Amazonas, “a vazante para os povos ribeirinhos é a estação da fartura e da abundância” (BENCHIMOL, 1977, p. 446). Isso ocorre, pois, com a vazante, as condições de produção alimentar são ampliadas pela exposição das várzeas, que viabiliza algumas culturas como a do tomate, da mandioca e

macaxeira, do milho, da melancia, etc. e pela maior concentração de peixe nos rios e lagos, o que torna a pesca facilitada e o pescado abundante nas cidades. Com o aumento da produção rural local, o preço destes cai no mercado interno das cidades como pode se observar no gráfico 2 que expõe um comparativo entre os produtos *in natura* em ambos os períodos cujo valor médio é sempre menor na vazante.

No gráfico 3, pode se perceber, entre os produtos industrializados e beneficiados, uma irregularidade quando se cruzam os dados com o período de forma que em algumas

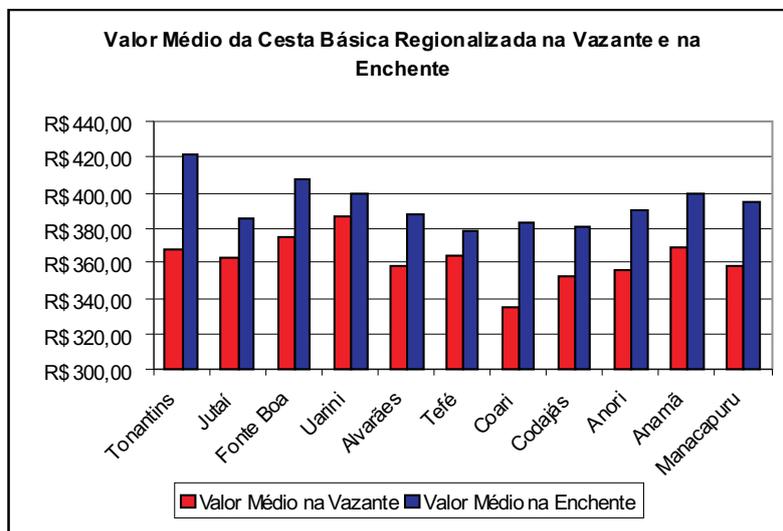


GRÁFICO 1: Variação do valor da cesta básica regionalizada nos dois períodos, nas 11 cidades.
 FONTE: Dados da pesquisa (2006, vazante; 2007, enchente).

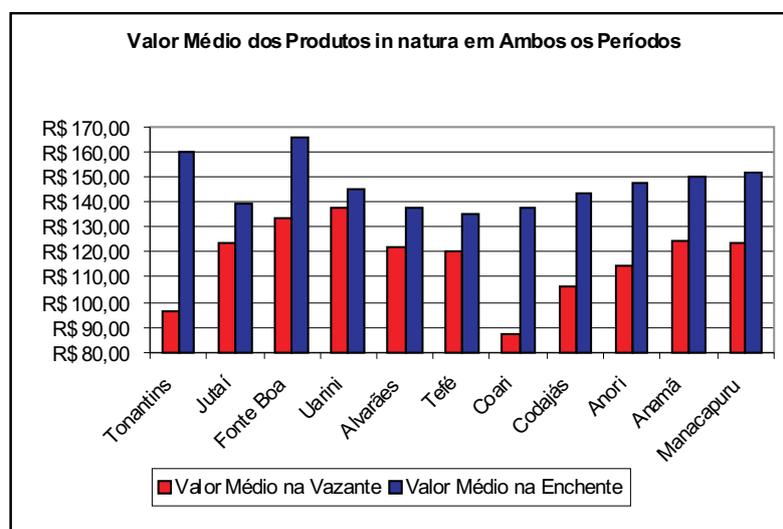


GRÁFICO 2: Comparativo entre o valor médio dos produtos *in natura* em ambos os períodos.
 FONTE: Dados da pesquisa (2006, vazante; 2007, enchente).

idades o custo desses é maior na vazante e em outras, na enchente. Com isso, hipóteses constituídas com base na distância e na acessibilidade têm validade comprometida, pois Uarini e Anori apresentam dificuldades de acessibilidade na vazante. Essas cidades se localizam em rios onde a vazante estabelece planícies de inundação as quais, totalmente secas, impedem a chegada dos barcos que transportam as mercadorias diretamente ao porto da cidade sendo exigida a complementação desse transporte por outros modais como canoas, carros ou mesmo motos, o que onera mais ainda o frete das mercadorias. Uma das explicações para essa aparente contradição é o fato de que alguns

comerciantes, antes do período de vazante, fazem um estoque de mercadorias para não pagar esses adicionais de transporte na vazante.

Manaus detém a centralidade que abrange tanto os produtos industrializados e beneficiados, quanto os *in natura*. Entre os industrializados e beneficiados, Manaus fornece em ambos os regimes, assim como os produtos *in natura*, sendo estes com maior intensidade na enchente, pois é quando a produção local diminui.

A análise a partir do desmembramento da cesta básica regionalizada em relação a sua produção (local ou importada de Manaus) dá uma compreensão da fragmentação com que

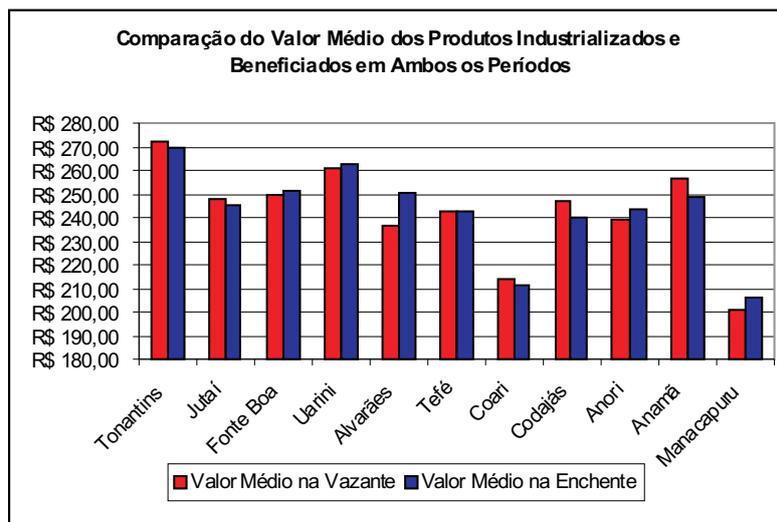


GRÁFICO 3: Comparativo do valor dos produtos industrializados e beneficiados em ambos os períodos. FONTE: Dados da pesquisa (2006, vazante; 2007, enchente).

se encontra o mercado em relação ao abastecimento dos gêneros alimentícios. Os equipamentos urbanos que disponibilizam os produtos da cesta básica regionalizada, tanto mercadinhos quanto mercados municipais e feiras tem uma distribuição espacial que influencia o custo da cesta em cada uma das cidades. Com exceção de Tonantins, todas as cidades apresentavam feiras e Mercados, por vezes funcionando no mesmo prédio, o caso de

Jutai e Uarini, que são a preferência da população quando se trata de produtos *in natura*, configurando assim, hábitos de compra particulares, onde as relações "cidade x campo" são muito fortes.

O perfil urbano das cidades através da cesta básica regionalizada pôde ser estabelecido considerando-se a distribuição dos estabelecimentos e os hábitos de compra da população, ou seja, com a fragmentação dos

locais de compra dos produtos, o consumidor tende a percorrer maiores distâncias para adquirir a cesta básica regionalizada. Isso aumenta o fluxo de pessoas na zona urbana, pois moradores de todas as partes da cidade convergem para o local onde se encontram a feira e o mercado municipal para adquirirem os produtos *in natura* caracterizando o centro comercial. Nesse sentido, a articulação do espaço urbano se concretiza na relação entre produto, local de consumo e consumidor e os fluxos decorrentes dessas interações superando a fragmentação deste mesmo espaço urbano com a divisão dos locais de compra dos itens da cesta básica e os estabelecimentos onde estes são adquiridos.

Os itens da cesta básica regionalizada nas onze cidades apresentam variação de importância conforme a sazonalidade. Com o custo elevado de alguns produtos na enchente, como o peixe, a população busca alternativas, como os ovos de galinha e o frango congelado, fazendo com que o peso entre esses elementos seja inversamente proporcional.

Alguns produtos (arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, o sal e o café em pó) detiveram o maior peso em ambos os períodos. Outros variaram com os regimes obtendo importância maior em um dos períodos de acordo com a relação direta do produto com a sazonalidade no que tange à produção e custos relacionados ao transporte e à escassez.

O INTERURBANO: LUGAR CENTRAL, REDE E HIERARQUIA URBANA

No que tange ao abastecimento das cidades do Amazonas, Manaus representa a centralidade na distribuição dos bens industrializados e beneficiados em ambos os períodos, com exceção da farinha de mandioca

que, em sua maioria, é produzida localmente, sendo que uma menor parte da oferta dessa mercadoria provém de Manaus. Todos os estabelecimentos visitados tinham suas mercadorias industrializadas e beneficiadas oriundas de Manaus. Essa condição é representativa na distribuição desses produtos ao passo que estes (não incluindo a farinha de mandioca) correspondem a 71,4% da cesta básica regionalizada. Os demais 28,6% da cesta básica regionalizada, que correspondem aos produtos *in natura*, são de fornecimento irregular no que tange a sua procedência, pois parte do tomate e do limão que abastece as cidades é oriunda de Manaus sendo esta parcela menor na vazante e maior na enchente.

Embora haja certa irregularidade no custo médio da cesta básica regionalizada em relação à distância de Manaus, esse parâmetro pode ser considerado. Ao se utilizar uma linha de tendência, nos gráficos 4 (custo médio na vazante) e 5 (custo médio na enchente), é perceptível a relação existente entre o custo médio da cesta e a distância em relação à Manaus.

Nesse contexto, ainda residem casos em que a divisão territorial do trabalho se apresenta de forma temporalmente diferenciada, o que, entretanto, não compromete a condição de lugar central exercida por Manaus. O pão francês, embora produzido localmente, se caracteriza como um bem de que depende do lugar central, pois sua matéria prima (farinha de trigo, açúcar, fermento, etc.) é oriunda de Manaus predominantemente. Assim como o caso de um dos estabelecimentos de Coari, o Box Queiroz, cujo fornecedor é uma distribuidora local, sendo que esta tem seus produtos oriundos de Manaus e também de um

estabelecimento de Uarini que, na falta de algum produto, este o compra em Tefé. Nesses casos, embora com situações de mercado diferenciadas, são perceptíveis as formas diferenciadas com que a divisão territorial do trabalho se manifesta entre os itens da cesta básica regionalizada tanto na fase da produção, quanto na distribuição dos produtos, o que não compromete a centralidade que Manaus exerce na região.

Em todos os produtos da cesta básica regionalizada, essa divisão é representada

principalmente na comercialização nas diversas escalas. Numa escala regional, a comercialização dos itens produzidos em, ou somente distribuídos por, Manaus (industrializados e beneficiados) nas cidades representa um alcance do bem que reflete os diferentes agentes que irão intermediar o produto, desde sua fabricação até o consumidor final, refletindo os estágios da divisão territorial do trabalho que atinge nas relações “produção x distribuição” ou “distribuição x redistribuição”. Isso inclui o transporte das mercadorias por

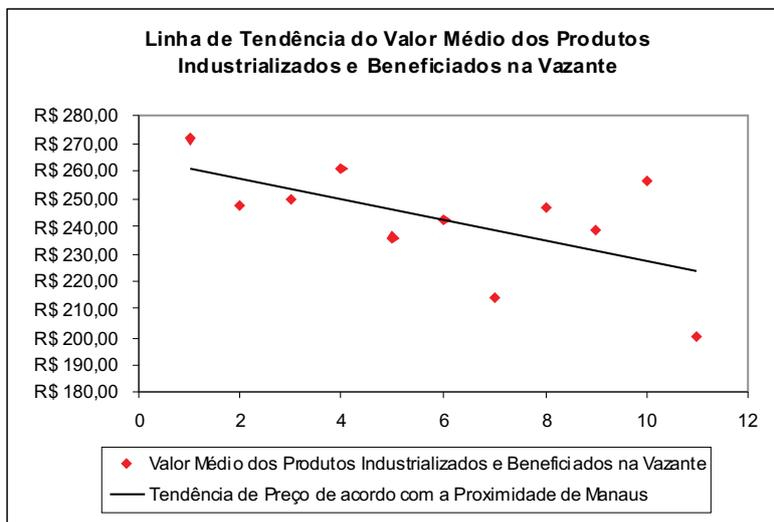


GRÁFICO 4: Tendência do custo dos produtos industrializados e beneficiados da cesta básica regionalizada na vazante em relação à proximidade de Manaus.

FONTE: Dados da pesquisa (2006, vazante; 2007, enchente).

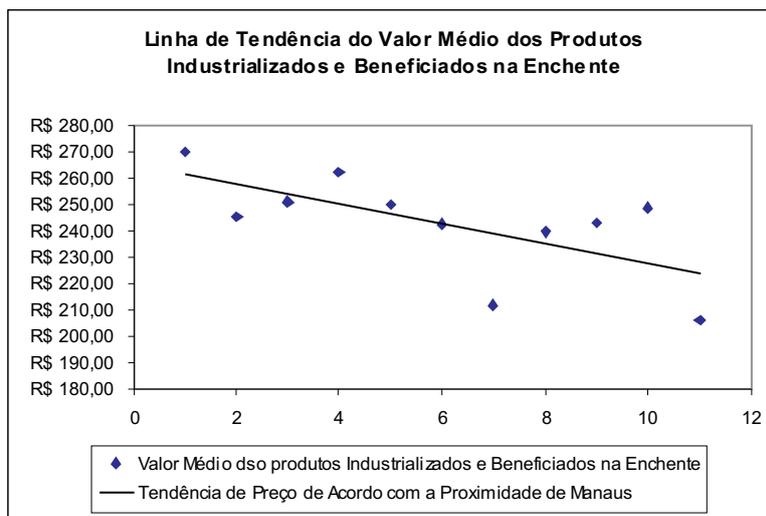


GRÁFICO 5: Tendência do custo dos produtos industrializados e beneficiados da cesta básica regionalizada na enchente em relação à proximidade de Manaus.

FONTE: Dados da pesquisa (2006, vazante; 2007, enchente).

meio fluvial como um estágio dessa divisão. Numa escala local, os itens *in natura* são oriundos da zona rural do município, havendo divisão territorial do trabalho a partir da questão “urbano x rural”, pois é na cidade que se comercializa a produção rural (SINGER, 1998; CORRÊA, 2006).

Numa escala regional, as cidades que concentram a comercialização da cesta básica regionalizada representam pontos fixos do território e, nestas estão contidos, em menor escala, os estabelecimentos (mercadinhos, feiras e mercados municipais) que são pontos mais precisos que cuidam da comercialização da cesta básica regionalizada. Articulados pelo fluxo interurbano fluvial com o transporte das mercadorias de Manaus até as cidades têm-se estabelecida a rede urbana que envolve as cidades admitindo o padrão dendrítico pelo modal de transporte adotado e por suas cidades estarem dispostos ao longo da margem dos rios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão de uma cesta básica regionalizada para o estado do Amazonas apresenta-se legítima ao passo que se consideram as especificidades da região. Não se pode homogeneizar a discussão sobre custo de vida referente à alimentação no Amazonas, devido às diversas geografias que a região apresenta, sendo que estas devem nortear a adaptação da cesta básica para uma realidade regional. Os regimes de vazante e enchente dos rios caracterizam-se como os fatores de maior influência nesse estudo ao passo que, tanto os hábitos de compra quanto os de consumo e toda a discussão relativa à alimentação, principalmente à cesta básica regionalizada, estão sujeitos a estes, que influenciam principalmente na disponibilidade dos itens e

no seu custo.

O custo da cesta básica regionalizada nessas cidades se apresentou como um indicador considerável para se traçar o perfil, rede e hierarquia urbana da calha do Rio Solimões. Os fluxos originários da rede urbana que envolve a produção, circulação e comercialização dos bens e os custos gerados por esses processos revelaram o caráter geográfico dessa cesta. Tal custo, ainda que fundamentado nos dados coletados em campo, apresenta limitações. Embora se possa apontá-lo neste trabalho como uma ratificação da categoria em que se encontram as cidades estudadas na hierarquia proposta por Schor et al. (2007), este ainda é um resultado incipiente quando atribuído à escala adequada que diz respeito a uma hierarquia urbana das cidades da calha do Rio Solimões - Amazonas, sendo necessário um estudo mais abrangente para que se possa concluir sobre a rede nessa escala.

NOTAS

ⁱ Geógrafo e mestrando em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, ambos pela Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: and.moraes@gmail.com

ⁱⁱ Economista, Doutorado em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado pela City University of New York, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: tatiana.schor@gmail.com

¹ Nesse contexto a primeira região consistia na porção do território que equivale atualmente às regiões norte e nordeste; a segunda

correspondia à atual região sul e mais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e a terceira a atual região sudeste, Goiás e Brasília.

² A taberna consiste em um estabelecimento comercial de pequeno porte que era bastante comum nas cidades do Amazonas. Esta se caracteriza pela existência de um balcão ou grande janela onde o comprador é atendido pelo comerciante sem ter acesso ao espaço interno do estabelecimento, por esse último motivo, diferente de “mercadinho”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é Fome?* São Paulo: Brasiliense, 1988.

BATISTA FILHO, Malaquias. BATISTA, Luciano Vidal. *A Geografia da Fome 50 Anos Depois: o que mudou?*. in: ANDRADE, Manuel Corrêa de (et al.). *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BRASIL, Governo Federal. *Decreto Lei 399, 30 de abril de 1938*. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acessado em 14 de dez. de 2006.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome. O Dilema Brasileiro: pão ou aço?* Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos Sobre Rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DI TARANTO, Giuseppe. *Sociedade e Subdesenvolvimento na Obra de Josué de Castro*.

Belém: CEJUP, 1993.

DIEESE. *Cesta Básica: metodologia*. São Paulo, 1993. Disponível em www.dieese.org.br. Acessado em 12 de dez de 2006.

ESCODA, Maria do Socorro Aquino. *Segurança, Cesta Básica e Planejamento*. Salvador, 2001. Disponível em: <www.ufrnet.br>. Acessado em 03 de jan. de 2007.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Doralice Sátiro. Hábitos Rurais em Vidas Urbanas. in: DAMIANI, Amélia Luiza. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SEABRA, Odete Carvalho de Lima. (orgs.). *O Espaço no Fim de Século: a nova realidade*. São Paulo: Contexto, 2001.

MALUF, Renato S. *Consumo de Alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_171.pdf>. Acessado em 03 de jan. de 2006.

SCHOR, Tatiana. COSTA, Danielle Pereira da. OLIVEIRA, José Aldemir de. *Notas Sobre a Tipificação da Rede Urbana na Calha do Rio Solimões, Amazonas*. in: Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) – Belém/PA, maio de 2007.

SILVA, Francisco Wanderley Ramos da. *As Variações dos Índices de Preços da Cesta Básica na Cidade de Manaus, no Período de 1994 a 1999*. (Trabalho de Conclusão de Curso/TCC), Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

SINGER, Paul. *Economia política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.